

EDITORA
UnB

MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)



EXTENSÃO INSURGENTE

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz de Farias

EDITORA
UnB

Conselho editorial
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

EDITORA
UnB

Maternidade, parentalidade, família e temas transversais

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)

EXTENSÃO INSURGENTE

Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Sávio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Talita Guimarães Sales Ribeiro
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Vanessa Correia dos Santos
Diagramação	Uilca-Terra R. M.M. Martins
Foto de capa	Mizuno K. e Tima Miroshnichenko, via Pexels.com

© 2024 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

M425 Maternidade, parentalidade, família e temas transversais [recurso eletrônico] / (Organizadoras) Hayeska Costa Barroso … [et al.]. — Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
194 p. - (Extensão Insurgente).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-250-7.

1. Maternidade. 2. Parentalidade. 3. Família. I. Barroso, Hayeska Costa (org.). II. Série.

CDU 378.4:392.3

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

Introdução 9

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

Capítulo 1

Maternidade contra o Estado? A Lei da Alienação Parental e a construção de regimes de verdade contra as mulheres 15

Raquel Vieira de Castro Braga

Capítulo 2

Coletivos de Mães nas universidades e seus impactos na implementação de políticas para permanência materna no ensino superior 31

Ana Paula de Jesus Nunes
Lisandra Oliveira e Silva
Renata Figueiredo Silva
Tatiane dos Santos Duarte
Vanessa Suany da Silva

Capítulo 3

Como a pandemia de Covid-19 afetou a vida de mulheres discentes: um estudo realizado na Universidade de Brasília 49

Larissa Lorranny Magalhães Lima
Hayeska Costa Barroso

Capítulo 4

Cuidados e novas problematizações: os atravessamentos da pandemia de Covid-19 e os impactos nas políticas públicas no Brasil e na Argentina 63

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araujo
Rosamaria Giatti Carneiro

Capítulo 5

Maternidade e universidade: relato de experiência de uma graduanda **81**

Maria Paula Bastos Dias

Capítulo 6

Maternidade política e feminismo matricêntrico: uma análise de leis e políticas públicas dos governos Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) **89**

Nayara Augusto Felizardo

Capítulo 7

Monoparentalidade chefiada por mulheres negras no Distrito Federal **107**

Danielle de Castro Silva Lobato

Capítulo 8

O Coletivo de mães da UnB: a resistência pelo conhecimento e pela inclusão **123**

Caroline da Costa Freire Ribeiro
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo
Tcherry Félix da Silva
Tatiane dos Santos Duarte

Capítulo 9

Poéticas do espaço doméstico: feminismos maternos arrombando as portas das casas nas artes visuais **139**

Marta Mencarini Guimarães
Clarissa Monteiro Borges

Capítulo 10

Políticas públicas de permanência nas universidades e o desenvolvimento acadêmico de mulheres-mães 155

Ana Paula Dahlke
Tatiane dos Santos Duarte
Luana Karoline Gonsaga
Natacha Barbosa do Nascimento

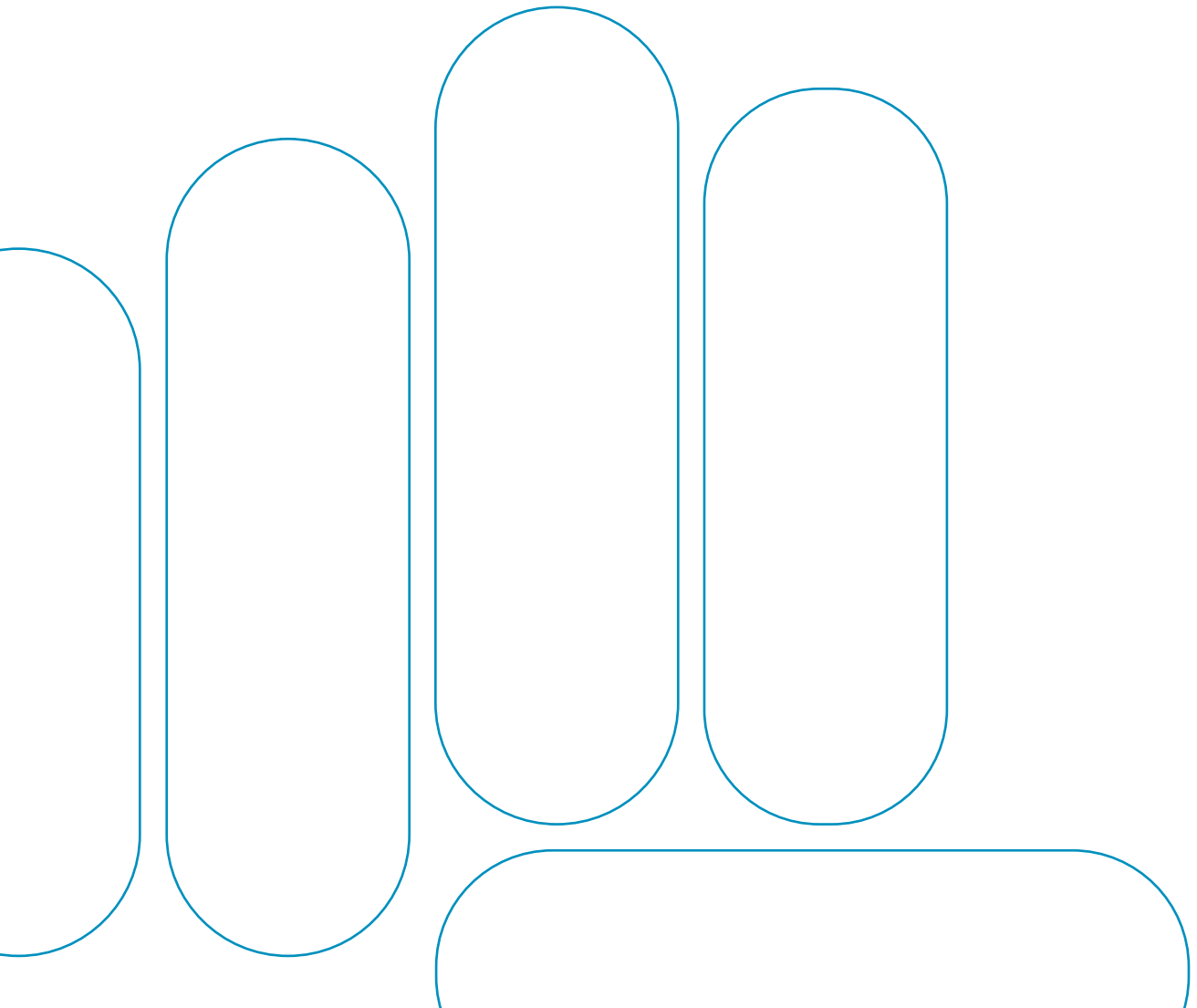
Capítulo 11

Residência Artística como espaço criativo e crítico de maternagens 173

Iara Sales Agra
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Rafaela Kalaffa Sergio e Silva

Considerações Finais 189

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo



Capítulo 11

Residência Artística como espaço criativo e crítico de maternagens

Iara Sales Agra
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Rafaela Kalaffa Sergio e Silva

1. Introdução

Este capítulo investiga a potencialidade de residências artísticas dirigidas a mães como espaços que permitem a retomada criativa e produtiva e como espaço de se reconhecer e se questionar em função da maternagem, essa entendida como o trabalho de cuidado de bebês, crianças e adolescentes exercido por toda a sociedade.

No primeiro tópico, o cuidado é contextualizado sob a perspectiva das teorias da democracia e da crítica feminista, anticapitalista, decolonial e interseccional, incluindo as cientistas políticas Flávia Bioli e Alana Valente, e a psicóloga Valeska Zanello. Ainda nesse tópico, é feita uma diferenciação entre maternagem e maternidade, que se desdobra com a apresentação de outras formas de organização social não patriarcais com a socióloga nigeriana de origem iorubá Oyèrónk Oyěwùmí e a bióloga Casilda Rodrigáñez. Também é apresentada a importância da rede de afetos para as mulheres que assumem a função materna dentro da lógica patriarcal.

O segundo tópico aprofunda as questões relacionadas às redes de afetos considerando algumas residências artísticas para mulheres-mães que aconteceram desde a década de 1960 e que resultaram em coletivas de artistas mães. Ao final, é apresentada a Coletiva Mãe Artista e um pouco do método da primeira residência que culminou na formação da coletiva.

2. Maternagem como identidade política e cuidado como política democrática

Valente (2022) defende a categoria “mãe” como uma dimensão estruturante e, portanto, um elemento de identidade política, produtor de uma perspectiva social própria, a ser levada em conta na dinâmica política e podendo mobilizar politicamente de diferentes formas, por meio de diversas estratégias. Assim como gênero, raça e classe, a maternagem, como dimensão estruturante na identidade do indivíduo, influencia as relações sociais e, dentre elas, as de poder, podendo se relacionar com outras identidades (interseccionalidade).

Essa definição advém diretamente dos estudos da democracia e da relação da representação e da participação política com o cuidado, ou mais especificamente, como as relações cotidianas de cuidado, restringidas pelo liberalismo ao espaço privado, têm impacto direto na vida pública e política, tendo, por consequência, a possibilidade de ter condição digna de vida, que inclui acesso a condições e garantias para a integridade física e psíquica (Biroli, 2015).

Embora o cuidado tenha sido uma questão discutida sistematicamente há décadas no feminismo, ela não foi de fato incorporada em grande parte do debate sobre justiça e sobre democracia (Biroli, 2015). A posição das mulheres é hoje, nos países ocidentais, cada vez menos marcada pela reclusão, mas ainda profundamente marcada pela marginalização e inferiorização recorrentes das ocupações tipicamente "femininas", caracterizadas por menor remuneração e status em comparação aos dos homens nas mesmas funções, profissões e níveis educacionais. Trata-se de formas desiguais de inclusão das mulheres na esfera pública, e isso ocorre pela reprodução sistematizada do processo de socialização, que naturaliza habilidades e pertencimentos de acordo com o sexo biológico.

Zanello *et al.* (2022) explica como se deu a construção histórica dos processos psicodinâmicos que constituem subjetivamente homens e mulheres, sobretudo a partir do fim do século XIX e do abolicionismo da escravidão. O sistema capitalista demandava um excedente populacional para que fosse exequível seu projeto de mais valia e acumulação de capital. Com o argumento de que o leite materno (e não o das amas de leite) reduziria a mortalidade infantil, Igreja e Estado convencerem que as mulheres que gestavam deveriam amamentar suas crias, menos pela repressão e mais pela exaltação das habilidades maternas, criando um "lugar desejável e digno de admiração para as mulheres". Posteriormente, esse papel incluiu educar os filhos e, por fim, com o advento da psicanálise, psicologias e pediatrias (maternidade científica), assumir a responsabilidade pela personalidade ou estrutura emocional dos filhos, que é a invenção da culpa materna (Zanello *et al.*, 2022,).

Nesse contexto, a maternidade e as qualidades ditas maternais foram associadas à feminilidade e a uma performance de comportamentos e emocionalidades intencionados por parte das mulheres, que se resume no heterocentramento, o que significa se disponibilizar a perceber, priorizar e atender os desejos, anseios e necessidades dos outros, em detrimento dos próprios. Esse é o mecanismo de constituição do "dispositivo materno" (Zanello, 2018) e se realiza não apenas na relação entre mãe e filho, mas em todas as relações sociais das quais as mulheres participam, dinâmica que se intensifica em mulheres negras, pobres e em outras situações em que estão mais vulneráveis. Os homens, por outro lado, são os que mais se beneficiam disso, na medida em que são constituídos pelo egocentramento, podendo não apenas cuidar e investir sua energia em si mesmos, mas esperando que as mulheres também cuidem deles, por eles e para eles; não só da casa, dos filhos, mas também de suas atividades pessoais.

Tanto Biroli (2015) como Zanello et al (2022) alertam que é limitante entender este problema apenas pela ótica do gênero, devendo ser atentadas as interseccionalidades, sobretudo racial e classista. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e estudos do IPEA, as autoras mostram que no ano de 2013, no Brasil, 18,6% das

mulheres negras e 10,6% das mulheres brancas ocupavam emprego doméstico remunerado – no mesmo período, 1% dos homens negros e 0,7% dos brancos estavam nessa mesma posição. Muitas delas, mais de dois terços, embora remuneradas, não tinham carteira assinada, encontrando-se em uma situação semelhante à de trabalho escravo.

Esses dados, embora não tão recentes, mostram que a privatização do trabalho doméstico faz com que mulheres brancas e ricas continuem, mesmo após a Lei Áurea, transferindo parte desse trabalho, a responsabilidade pelo cuidado, a mulheres negras e pobres, que muitas vezes precisam abrir mão de cuidar dos próprios afetos e de si mesmas para sobreviver.

Tanto a filósofa, professora e feminista italiana Silvia Federici (2019) quanto a psicóloga e psicanalista Vera Iaconelli (2023), em complemento do dispositivo materno que constitui subjetivamente mulheres trazido por Zanello et all (2022), fazem um resgate histórico de como e por que o trabalho doméstico, seja ele qual for, seria um "atributo natural da psique e da personalidade femininas" (Federici, 2019b, p. 42).

Para Federici (2019), a não remuneração do trabalho doméstico até os dias de hoje, como essas "pequenas" tarefas ainda não assumidas pelos homens de forma geral, tem fortalecido senso comum de que ele não é trabalho mas um ato de "amor", reduz o protagonismo da luta e continua obtendo uma enorme quantidade de trabalho importante quase de graça, assegurando a exploração e a manutenção das desigualdades.

Para Iaconelli (2023), após a abolição da escravidão no Brasil, as mulheres negras urbanas, que já tinham uma participação econômica significativa como lavadeiras, cozinheiras, faxineiras e no comércio ambulante, passaram a ocupar alguns dos postos de trabalho que os estrangeiros europeus migrantes, trazidos para o país para "embranquecer" o povo brasileiro e manter os negros afastados dos postos mais qualificados. Ao mesmo tempo eram culpabilizadas pelas mortes infantis em razão da insalubridade das indústrias e das condições precárias de vida e pressionadas para permanecerem no lar, com o discurso de ajuda-las a fim erradicar a mortalidade infantil por meio da promoção da amamentação e da puericultura.

Já as mulheres da elite, brancas, uma vez que não lhes era permitido trabalhar e que usufruíam do trabalho doméstico das mulheres negras, a filantropia e a luta em nome das mulheres e das crianças pobres passam a ser atividades nas quais mulheres em posições privilegiadas podiam exercer suas competências, adquirir algum poder e prestígio social e ganhar alguma circulação na esfera pública e política.

Em suma, esse sistema não alcança os homens na parentalidade, pois "um homem é antes de tudo um homem e, contingencialmente, pai, e para quem a paternidade é reconhecida mesmo quando ele se ausenta de suas responsabilidades" (ibid. 2023, p. 80).

Trata-se de um ciclo vicioso: uma estrutura historicamente colonial, patriarcal, racista e classista em torno do cuidado, que sobrecarrega as mães e as afasta da macropolítica, é dirigido por homens que usufruem do serviço doméstico das mães e sequer identificam isso como serviço, mantendo seus privilégios e esse mesmo sistema.

2.1 Maternagem x maternidade

A primeira onda feminista, do final do século XIX, que possibilitou o voto às mulheres (nelas incluídas as mães), foi um marco – mães, que estavam restritas ao espaço privado, passam a participar do poder público. Mas a segunda onda feminista, por volta de 1960, questionou a maternidade em sua existência – surge a escolha de ser mãe ou não ser. Essa década foi marcada pela revolução sexual a partir da criação da pílula anticoncepcional, da ampliação do direito ao divórcio e do avanço do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais), que multiplica as possibilidades de configuração de famílias (Ribeiro *et al*, 2021).

Não obstante, paralelamente às conquistas feministas de liberdade, que buscavam romper justamente com o papel tradicional da mulher como mãe e esposa, diversas artistas começaram a trazer a maternidade em seus trabalhos; e a arte é trazida aqui não apenas como um elemento cultural de representação, o que daria o entendimento da arte como uma atividade passiva e independente da agência do artista, mas sobretudo como ação política, de questionar, de criar outras possibilidades de mundo e de engajar pessoas em torno de um tema, ou seja, como artivismo.

Houve duras críticas a esses trabalhos na década de 1980, no sentido de que a celebração do "feminino", a ênfase na experiência pessoal e o uso dos seus corpos pelas mulheres artistas ratificavam a ideologia patriarcal que o movimento feminista queria desafiar, devendo, em oposição, denunciar a tendência falocêntrica das tradições figurativas e gestuais, e expor os interesses masculinos nas representações do corpo feminino. Por essa razão, a presença de obras de arte por artistas mulheres abordando o tema materno foi muito pouco expressiva, quase um tabu cultural (Macêdo, 2017).

Parte disso também se deu em razão da cooptação das lutas feministas pelas correntes neoliberais, que fez com que mulheres e homens acreditassem que a solução fosse não ter filhos, como se fossem um péssimo investimento, sem retornos rápidos, ou como se fossem posse, a quem destinariam sua herança quando adultos, e até lá sua criação fosse terceirizada – babás, creche e escolas. De certa maneira, isso foi assimilado como infantofobia: crianças que não podem trabalhar e atrapalham a produção, e por isso não devem participar do espaço público, e, consequentemente, suas mães, as responsáveis, também não, exceto para vender produtos e serviços, a exemplo do mercado publicitário (Sarlo, 2018).

Por isso, não é incomum que pessoas sem filhos, inclusive e principalmente mulheres, não tenham empatia com essa causa. Não se pode culpá-las; afinal, sustentar a escolha de não ser mãe em uma cultura patriarcal que valoriza mulheres casadas e mães e criminaliza o aborto é extremamente difícil. Se, por um lado, ser mãe é sucumbir à maternidade obrigatória e ao dispositivo materno, por outro, é assumir toda a carga social de criar sozinha uma criança que deveria ser responsabilidade de todos.

No entanto, a partir da década de 1990, com o avanço dos direitos de crianças e adolescentes e o surgimento das teorias da democracia que passaram a incluir o cuidado, esses

trabalhos de 1960 e 70 foram recuperados, explorando aspectos da subjetividade materna alinhados com debates feministas interseccionais e intergeracionais.

Observa-se, portanto, que houve uma transformação das visões artísticas feministas sobre a figuração estética e social da mãe: uma que a define como lugar de opressão e submissão à sociedade patriarcal, sendo o papel de mãe incompatível com outros papéis sociais; e outra que a define como lugar de agência e existência digna, sendo o papel de mãe compatível com outros papéis sociais, desde que as estruturas socioeconômicas ofereçam esse suporte, observada a interseccionalidade da questão.

É por isso que Andrea O'Reilly[1] (2010) denominam a primeira de motherhood, aqui traduzida por maternidade, e a segunda de mothering, aqui traduzida por maternagem, o que corresponde à distinção entre "mãe patriarcal" e "mãe", feita por Casilda Rodrigáñez como será explicado mais adiante.

Portanto, a luta do Ativismo Materno[2] ou da arte maternagem e de movimentos de mães ofereceu uma alternativa a esses dois caminhos: ser mãe quando se quer e não ser quando não se quer, e essas serem escolhas igualmente respeitadas, valorizadas, suportadas estruturalmente e compatibilizadas com outros direitos e desejos, com uma existência digna de si mesmas e de suas crianças.

Embora pareça utopia, não é, considerando outras culturas, como se verá no próximo tópico.

3. Maternidade, propriedade privada e outras culturas

A socióloga nigeriana de origem iorubá Oyèrónk Oyěwùmí passou a pesquisar sobre maternidade, gênero e propriedade privada no decorrer do seu contato com a cultura ocidental americana estadunidense, território no qual atualmente reside e trabalha como professora. Um de seus estranhamentos foi perceber uma sociedade dividida em gêneros – generificada, enquanto sua cultura tinha a senioridade como base de sua organização. Ou seja, ìyá, a fêmea que procria, é uma instituição social fundante, em que a partir dela

[1] A professora na *School of Gender, Sexuality and Women's Studies da York University* (Toronto, Canadá), baseada principalmente no livro "*Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution* (1977)" da feminista americana Adrienne Rich, explica que *mothering* consiste nas experiências maternas de criação dos filhos e como ela é influenciada pela *motherhood*. Rich argumenta que a maternidade é institucionalizada de forma patriarcal, tendo homens definido expectativas sobre as mães de forma opressora, "por meio do casamento heterossexual, arranjos familiares, práticas de parentesco, educação, leis, políticas, religião, literatura, cinema, cultura popular, medicina, ciência e psiquiatria". Essa maternidade apenas serve ao próprio patriarcado, "que depende das mães para ensinar valores patriarcais a seus filhos e se conformar ao sistema patriarcal particular em que vivem" (O'Reilly, 2010, p. 839, tradução própria). A maternagem não se restringe à maternidade, mas é fortemente influenciada por ela. Não obstante, para O'Reilly a maternagem pode ser uma oportunidade para as mulheres de explorar um conhecimento libertador de si mesmas, criar laços com outras mulheres e liberar sua criatividade: As próprias experiências das mulheres ao criar seus filhos têm o potencial de ser definidas por elas, centradas nas mulheres e uma fonte de empoderamento, que surge, em parte, ao reconhecer a distinção entre maternar e a instituição/ideologia patriarcal da maternidade e as oportunidades de praticar uma agência materna individual e coletiva (ibid. 2010)

[2] Para saber mais sobre o artivismo materno, ver a tese de Jaqueline Silva (2024).

as relações temporais e espaciais são dinâmicas, pois os sujeitos descendentes de uma ìyá experimentam outros lugares, status, relações de pertencimento, hierarquias e poder ao entrarem em contato com outros microssistemas de outra ìyá.

A autora conclui que o processo de generificação acontece diante da valorização ocidental do sentido da visão, numa perspectiva do determinismo biológico, em contraposição à cosmopercepção que guia os povos originários, em que todos os sentidos estão integrados na experiência social. Nos Estudos Africanos, percebeu que muitas autoras e autores tendiam a traduzir ìyá como mãe. No entanto, ìyá simbolizaria o que ela descreve como princípio matripotente:

> Assim, o Ìyá está no centro do sistema baseado na senioridade, que simboliza o que descrevo como princípio matripotente. A Matripotência descreve os poderes, espiritual e material, derivados do papel procriador de Ìyá. A eficácia de Ìyá é mais pronunciada quando são consideradas em relação a sua prole nascida. O ethos matripotente expressa o sistema de senioridade em que Ìyá é a sênior venerada em relação a suas crias… Quem procria é a fundadora da sociedade humana, como indicado em Oseetura, o mito fundador iorubá. A unidade social mais fundamental no mundo iorubá é o par Ìyá e prole. (Oyěwùmí, 2016, p.3).

O formato de organização social iorubá e seu mito fundador contrasta nitidamente com as relações sociais ocidentais em torno da maternidade, de base patriarcal eurocêntrica. Esse contraste também se manifesta nas concepções de ser mulher, ser criança, infância, economia do cuidado e outros aspectos relacionados a essas categorias. “A partir desta perspectiva, a maternidade é uma instituição generificada paradigmática. A categoria mãe é encarada como sendo incorporada por mulheres que são esposas subordinadas, fracas, impotentes e relativamente marginalizadas socialmente” (Oyěwùmí, 2016, p. 2).

Diante desse raciocínio, ao considerar a mulher como sendo condicionada a ser esposa subordinada, impotente, marginalizada, entendemos que a propriedade privada é um outro atravessamento que influencia a maternidade ocidental, tendo o gênero masculino e a branquitude como a norma dominante aceita socialmente e que tem a posse dos outros corpos: mulheres e crianças. Destaca-se ainda a importância do racismo como estrutura social de dominação que considera o gênero masculino embranquecido como estando no topo da pirâmide social, tendo a mulher e a criança negra no final da escala de posse nessa lógica patriarcal eurocêntrica.

A noção de propriedade privada é fundante para o surgimento do patriarcado. Antes mesmo das disputas contínuas pela posse de terras, a lógica patriarcal criou/cria e recria mecanismos para se apossar dos corpos julgados como “Outros”, degenerados, sendo o racismo e o gênero algumas dessas “lentes” para as seleções patriarcais de dominação.

A bióloga espanhola Casilda Rodrigáñez, ao pesquisar as sociedades pré-patriarcais, explica que o patriarcado, em seu surgimento, apropriou-se do que a autora chama de “libido-materna”. Segundo a autora, para a instituição do patriarcado, foi preciso primeiro dizimar a autorregulação psicossomática que era garantida pela simbiose entre mãe e prole, justamente

sustentada pela libido materna. Ou seja, a mãe, ao viver as transformações do gestar-parir--puerperar, em um cenário natural, tendia a investir sua libido no cuidado da prole.

> Isso porque uma sociedade com corpos femininos produtores de libido materna é incompatível com todo o processo cotidiano de repressão que implica a educação de crianças nesta sociedade. A socialização patriarcal exige que a pessoa seja criada em um estado de necessidade e de medo; que tenha conhecido a fome, a dor e, acima de tudo, o medo da morte, durante o parto, por asfixia e depois por abandono, medo este que psicossomaticamente sente qualquer filhote de mamífero quando a simbiose é interrompida. Por isso, a sociedade patriarcal tem se ocupado, ao longo dos milênios, de acabar com a simbiose mãe-filho (Michel Odent), para que, assim que nasça, a pessoa se encontre em meio a um deserto afetivo, da assepsia libidinal e das carências físicas que acompanham a ruptura da simbiose, para as quais seu corpo não estava preparado. (Rodrigáñez, 2020, p. 103).

Traçamos aqui então uma relação entre o que Oyěwùmí explana a respeito da cultura iorubá em relação a Iyá, o mito de Osetura e sua função nesta sociedade pré-colonial, e as dinâmicas sociais que Rodrigáñez apresenta sobre a constituição autorregulada de sociedades pré-patriarcais que permitiam o cultivo da libido-materna como mecanismo da organização social. É importante ressaltar que, nas traduções dos textos de Rodrigáñez, encontramos a categoria "mãe" em seus escritos; porém, no texto *Estender a teia* (2020), aqui referenciado, a autora faz uma distinção da mãe, que cultivava a libido-materna da mãe-patriarcal, que sofre perseguição e aprisionamento nesta função libidinal.

Tanto nos estudos sobre matripotência (Oyěwùmí, 2016) quanto nos escritos de Rodrigáñez, há a relação da criatividade com a procriação da espécie humana. Rodrigáñez (2020) explica que, em todos os mamíferos, existe a atração da fêmea procriadora pela cria que necessita do vínculo psicossomático. Entretanto, os mamíferos humanos são a espécie neotécnica que apresenta maior período de exterogestação (pós-nascimento). Essa intensa interdependência resulta numa densa demanda libidinal pela mãe.

Assim, neste tópico propomos uma aproximação da instituição Iyá (Oyěwùmí, 2016), mãe (Rodrigáñez, 2020) e maternagem (*mothering*), a fim de questionarmos como as policulturas maternas contemporâneas estão expressando as questões libidinais e suas relações criativas.

4. Comunidades: redes de afetos como formas de re-existir

Casilda Rodrigáñez, ao pesquisar criticamente o patriarcado, encontra nos estudos arqueológicos vestígios de sociedades pré-patriarcais que expressam organizações com base na horizontalidade, não-hierarquia, não-propriedade privada e na identidade de grupo. Um dos nomes que a pesquisadora usa para descrever estes grupos sociais vem dos escritos de Martha Moia (1981) que os designa de "ginecogrupo". Este nome surge pelo entendimento de que o sustento dessas relações vinha do vínculo uterino.

Buscando aproximações com as descrições apresentadas por Oyěwùmí, é notório que antes da dominação e hegemonia patriarcal, as relações que preservam o vínculo uterino (Rodriganez, 2020) ou a senioridade advinda das Iyás (Oyěwùmí, 2016) resultam em sociedades onde o movimento do poder acontecia de maneira situacional e dinâmica. As relações situacionais traziam experiências diversas e não havia a necessidade de estabelecer categorias que cristalizam o poder nas mãos de grupos sociais específicos. Um exemplo disso é o que escreve Oyěwùmí ao explicar o sistema de senioridade, em que a relação com Iyá pode colocar um sujeito como um mais velho daquela linhagem, e este mesmo sujeito pode experienciar a relação de ser mais novo em outra linhagem de outra Iyá. Essas experiências permitem um movimento da relação de hierarquia e de poder.

Maturana (2004), também biólogo e pesquisador crítico do patriarcado, ao buscar entender a democracia, explica que um vestígio atual das emoções colaborativas advindas de sociedades matrísticas podem ser observadas nas relações entre mãe-filho. Ou seja, numa perspectiva fisiológica, uma mulher, mesmo na contemporaneidade, ao viver o ciclo gravídico-puerperal passa por uma série de transformações hormonais, cognitivas, emocionais e sociais. Uma das funções dessas transformações é a promoção, na pessoa adulta cuidadora, de condições para garantir a sobrevivência desse novo ser que nasce com intensa dependência de cuidados. Como já foi dito, dos mamíferos, o humano é o animal que tem um processo mais longo de maturação e independência enquanto sobrevivência da espécie.

Para Maturana (2004), ainda que nossa experiência moderna seja de base patriarcal, a democracia se constituiria a partir de uma inspiração matrística advinda da nostalgia direta da infância (relação mãe-filho), em que se experiencia emoções como colaboração, cuidado, inclusão, participação. Entretanto, Maturana (2004) pondera que a prática atual da democracia, no que concerne a uma coexistência neomatrística responsável, no respeito sistêmico à Natureza, permanece como ideal literário na maioria das nações.

> Falemos da origem da democracia, segundo minha proposição. A oposição entre uma infância matrística e uma vida adulta patriarcal – que está no fundamento de nossa vida patriarcal europeia – se manifesta em nós, adultos, por uma nostalgia inconsciente da dignidade inocente e direta de nossa infância. Essa nostalgia constitui em nós uma disposição operacional sempre presente, que toma a forma de um desejo recorrente e inconsciente de viver na coexistência fácil que surge do respeito mútuo, sem a luta nem o esforço contínuo pela dominação do outro que são próprios da cultura patriarcal. Ela é um aspecto remanescente de nosso emocionar infantil matrístico. (Maturana, 2004, p. 80).

Por essa razão, este capítulo trata das comunidades que têm surgido entre grupos de mulheres-mães artistas em que se criam espaços de convivência como formas de resistência, de existência e de cocriação dentro das dinâmicas produtivas patriarcais capitalísticas. No próximo tópico, abordaremos um pouco mais a residência como método, apresentando como exemplo a iniciativa Residência Artística para Mães Artistas – *Mãe-artista ou Artista-mãe?,* proposta pela mãe-artista Iara Sales por meio da Lei Aldir

Blanc, no estado de Pernambuco. A residência ocorreu entre janeiro e maio de 2021 e deu origem à Coletiva Mãe Artista. Além da produção artística coletiva, há trocas em relação às poliexistências enquanto mulheres, suas maternagens e tudo que atravessa as sensibilidades das integrantes, ampliando a noção do fazer artístico.

Dentro da lógica produtivista, o fazer artístico, muitas vezes, se confunde com fazer "produto", "apresentar" um resultado, "entregar uma obra". Produzir em excesso é desdobramento do capitalismo que advém da cultura patriarcal, em que as ações vigentes são conquistar, competir, dominar, ter, poder. Em contrapartida, as culturas pré-patriarcais apresentavam uma relação intrínseca entre vida e arte, em que a relação com o tempo, as sensibilidades e a produção se davam inspiradas pelo cultivo e criações da natureza, um tempo natural.

A conexão aproximada com os processos da natureza, entre eles, o nascer e o entendimento de que os humanos são natureza também, mostram que a arte, enquanto processo criativo, é percebida na amplitude das sensibilidades que todos os sentidos corporais permitiriam acessar, em detrimento ao que Oyěwùmí critica em relação à lógica ocidental, em que a visão é eleita como o sentido dominante e que provoca restrições espaciais e temporais nos processos criativos.

> (…) a qualidade específica da libido materna é o tornar-se perdidamente apaixonada por cuidar da pequena criatura…Essa paixão deu asas à imaginação e à criatividade das mulheres para colher, fiar, fazer abrigos, conservar e temperar alimentos, fazer vasos com barro etc. (RODRIGANEZ, 2020, p.102).

> A conexão da instituição Ìyá e a estética continua através do processo de parto físico e do cuidado pós-parto da criança. Todos esses processos são considerados como nàyiya – fazer arte – entre outras coisas. O cuidado pós-parto da criança nos primeiros meses de vida requer moldagem contínua (análoga à moldagem da argila) da cabeça em uma forma bonita. (Oyěwùmí, 2016, p. 14).

Segundo Fu Kiau (2017), que particularmente descreve e pesquisa a arte Bântu, "A arte do cuidar" é uma arte antiga entre culturas africanas. Cuidar de crianças é um método de transferência de padrões sociais e orientações de normas e valores para os membros mais jovens da comunidade. "*Walèmbwa leiakalèndi bakula ntoko za môyo ngâtu za buta mu zola ko*. 'Quem jamais cuidar de um bebê' – diz um provérbio Kôngo – 'nunca entenderá a beleza da vida nem a de educar com amor'." (Fu Kiau, 2017, p. 5).

5. Residência de artistas-mães como método de formação de comunidades

"Residir: 1. morar, estar estabelecido. 2. ter seu lugar, ter seu fundamento. 3. consistir. 4. manifestar-se, mostrar-se, patentear-se".

Nos estudos sobre artivismos feministas, antes e durante a pandemia, observou-se que muitos coletivos surgiram a partir de residências. Entre os exemplos clássicos, estão os coletivos Mother Art e Woman's Building, e durante o período pré-pandêmico e pandêmico no Brasil, pode-se citar o Coletivo Matriz e Arte Maternagem (DF), o Coletivo Puerperium (SP/RJ), a Rede Afetiva de Mães Artistas – R.A.M.A (PE), o Coletivo VER. SAR e a Coletiva Mãe Artista, como será detalhada neste artigo.

Mas por que residências artísticas instigam a criação de coletivos artísticos e políticos, mantendo o vínculo afetivo e de produção e ação ativista? Seguem algumas hipóteses.

Primeiro, porque a residência artística cria condições específicas para o público, no caso as mães, e a possibilidade quase única, explícita e acolhedora de levarem seus filhos e eventualmente terem alguma ajuda de custo nesse cuidado. Segundo, porque oferece apoio que só outra pessoa que passou pela mesma situação consegue prover, uma vez que a sociedade neoliberal tem ojeriza a crianças (que atrapalham a produção e servem apenas como propaganda de produtos) e se exime da responsabilidade coletiva. Terceiro, porque é temporário e a mãe consegue se organizar com sua rede de apoio ou com a própria produção da residência para participar, podendo estar imersa realmente no seu processo criativo e no estabelecimento de vínculos que não com sua cria, retomando a ideia de Biroli (2015) de que é necessário tempo e estrutura para se organizar coletivamente e produzir conhecimento, ação e relação.

Esse conhecimento coletivamente construído perpassa o autoconhecimento e, de certa forma, uma cura individual também. Há duras críticas sobre produções artísticas que se constroem a partir de experiências individuais ou sobre narrativas de si, no sentido que seriam menos artística pelo seu caráter "terapêutico e narcisista em torno de obras autobiográficas, que incomodam por parecerem 'uma pretensão ingênua ou mesmo uma limitação expressiva baseada no contingencial e no anedótico'" de superação de um indivíduo em tempos de exceção (Leite, 2014, p. 71).

A pesquisadora Janaína Leite enfrenta esse estigma e argumenta que:

> As figurações e escolhas estéticas não são simplesmente uma forma de expressar o vivido, mas, o próprio espaço de sua elaboração [...], em que o indivíduo, ao dar forma à experiência, pode entrar em confronto com as figuras de si mesmo, do passado e do presente, e dar-lhes mobilidade, movimento (Leite, 2014, p. 71).

Além disso, ela ressalta que os diversos trabalhos contemporâneos que optam por essa configuração não mais intentam transmitir uma unidade, um exemplo de vida, de cura, de superação ou de evolução, mas exatamente o contrário, a característica multifacetada, instável e não linear, "para encontrar núcleos da experiência humana que se convertam em imagens potentes de nossa existência política e subjetiva" (Leite, 2014, p. 71). Além disso, afirma que essa estética de se expor em sua individualidade e vulnerabilidade tem um maior impacto de conexão e de sensibilidade no público.

É um ato político as mulheres exporem publicamente suas experiências de vida, por tantos anos confinadas, por imposição, ao espaço doméstico. Considerando que gestação, parto e puerpério são temas usurpados por profissionais e teóricos da saúde (em sua maioria homens), é um ato político consciente transformar diários de processos criativos que surgem a partir dessas experiências vividas e sentidas por mulheres em arte e em teses e artigos científicos públicos.

Não é um trabalho individual, mas um trabalho que parte de uma experiência individual e que é socializado. Participam ativamente da criação todas as residentes e os integrantes da rede de apoio que contribuem para essa produção de mães, tornando o trabalho coletivo. Além disso, as escolhas tomadas por todas são direcionadas estética, científica e politicamente para uma causa: a maternagem. Portanto, é um trabalho artivista, isto é, artístico e ativista, conceito que será explorado mais à frente.

Sobre a potência política da escrita de si, essa entendida de forma ampla como narrativa e até mesmo como dramaturgia, Foucault afirma:

> O papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um "corpo". E é preciso compreender esse corpo não como um corpo de doutrina, mas sim [...] como o próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua a verdade delas: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças e em sangue. (Foucault, 1992, p. 152).

Como dizem Dhillon e Francke (2016), embora os trabalhos que envolvem maternagem normalmente surjam de experiências individuais, a ideia não é construir a experiência de ser mãe como uma subjetividade privilegiada e autocentrada, mas criar algo que funcione como um convite à ação criativa e política, para que outras experiências sejam coletivizadas, outras pessoas mães e não mães sejam sensibilizadas, e o cuidado possa ser realmente compartilhado.

Em suma, a residência oferece um momento aceitável de reapropriação de si mesmo, de sua libido, de seu poder criativo.

Na pandemia, esse movimento foi ainda mais forte por estabelecer residências nas próprias residências das artistas, reapropriando seus próprios espaços e ao mesmo tempo tendo a autorização para compartilharem suas intimidades.

Por fim, a residência de artistas-mães traz para o mesmo espaço-tempo três dimensões: 1) a política, que se refere à reivindicação de uma identidade, como perspectiva social própria, e lugar-corpo de sujeito público, compreendendo todas as diversidades, interseccionalidades e encadeamentos, e o cuidado como essencial à democracia; 2) a artística, que diz respeito à visibilização e estética das mães, suas questões e seus modos de fazer, sendo o próprio corpo e a experiência individual e coletiva insumos, processos e resultados da criação; e 3) a sanitária, sobretudo durante a pandemia, que se relaciona com a reapropriação do próprio corpo e de seu funcionamento, usando as transformações do corpo individual na gestação, e da nossa ciclicidade como tecnologias de cura de si e das outras, tanto em relação a enfermidades físicas como sociais, pelas violências sistemática

e cotidianamente sofridas, e como potência para expansão das possibilidades existenciais, uma "plasticidade vital".

No próximo tópico, será descrita a Residência Artista-Mãe ou Mãe-Artista, realizada em 2021 de forma virtual, que culminou com a criação da Coletiva Mãe Artista.

6. A Coletiva Mãe Artista

> A Coletiva Mãe Artista é um encontro de mães artistas mulheres de várias regiões do Brasil com suas maternagens plurais, que acontece desde 2021. Como mulheres artistas, o fazer coletiva acontece diante da necessidade de resistência e resiliência à cultura misógina e patriarcal. Nossas trocas perpassam a pesquisa de linguagens artísticas, formas de produção, desafios em relação ao "tempo do ateliê" e a própria maternagem que entendemos também como um processo artístico e artesanal.

Entendemos a Coletiva Mãe Artista como uma rede de afetos que reúne mulheres-mães artistas enquanto uma comunidade criativa. Uma das especificações dessa comunidade é a "territorialidade virtual" (Fragoso; Rebs; Barth, 2011), onde os encontros acontecem em sua maioria em plataformas digitais para reuniões online, visto que as integrantes estão espacializadas em diferentes regiões do país. O espaço virtual permite que as integrantes cultivem afetos diversos desde a primeira residência, que aconteceu em 2021.

A Residência artística "Mãe-artista ou Artista-mãe?" aconteceu de forma online, ainda no processo de pandemia mundial. O nascimento da ideia da residência artística voltada especialmente para mães artistas surgiu quando a artista Iara Sales memorava uma experiência de residência artística vivida anteriormente. Em 2019, Iara, Sérgio Andrade e Tonlin Cheng realizaram o projeto de residência artística *Rehacer: 10 años después en Lugar a dudas*, na cidade de Santiago de Cali (Colômbia). Na ocasião, seu filho, Ernesto, então com 1 ano e 3 meses, viajou junto com os artistas. O que sucedeu era previsível: Iara e Tonlin eram 24 horas por dia cuidadores do bebê e nos poucos momentos possíveis, eram artistas.

O entendimento de uma residência artística passa pela noção de que o artista terá ali a possibilidade de submergir em seu processo criativo, podendo ser artista em tempo integral. Nesse caso, eles se dividiram e no último dia Tonlin performou a *endurance* performance *Papas like me!*, onde faz um trocadilho com a palavra "papas", que significa batata e "papa", papai em espanhol, e carrega um saco de batatas, como se "carrega" uma criança, durante o período de quatro horas aproximadamente. Iara gerou ideias, imagens de apagamento e uma dança na obra Piso para dança, do Museo La Tertulia, com seu filho Ernesto. Nenhum problema em maturar um processo criativo, mas enquanto Sérgio pôde criar uma série de 7 instalações, dançar Salsa Caleña (uma das mais famosas do mundo), conhecer outros artistas, compartilhar história e afetos e viver a cidade, Iara e Tonlin estavam "em casa", cuidando do bebê.

Assim, em 2021, sob o estado de calamidade que a pandemia do Covid-19 trouxe, essa experiência torna-se impulso, fio condutor para a criação da Residência "Mãe-artista

ou Artista-mãe?". Através da contemplação do edital da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural do estado de Pernambuco, Iara Sales propôs a residência artística focada em mães artistas. A ideia era viver uma experiência oposta ao que haviam passado e proporcionar um espaço de criação artística feito com e para as mães e suas crias em contraponto aos espaços "tradicionais" de arte, que tendem a excluir mães e crianças.

A proponente Iara Sales, inspirada pelo seu parceiro de trabalho e parentalidade Tonlin Cheng, criou um paralelo entre as etapas da residência com as etapas do ciclo gravídico-puerperal. Destacamos esta informação, pois, ao sabermos que o homem traz a ideia da analogia das etapas da gestação-parto-puerpério e do fazer artístico, vemos pistas da prática da maternagem, em que independente do gênero e da biologia, o ser humano tem contato com a experiência sensível do criar/ser criado.

Assim, a Residência foi integrada por quatro etapas: Concepção, composta pelos três primeiros encontros da residência; Gestação e Doulagem, compostas cada uma por dois encontros; e Parto, composta por dois encontros destinados ao compartilhamento do processo individual de cada residente.

Durante o processo, Iara Sales guiava as residentes ofertando meios de comunicação com suporte "em livre demanda". Ou seja, de maneira livre, conforme a necessidade individual. Livre demanda é uma expressão que nomeia o aleitamento materno guiado pela necessidade nutritiva e afetiva do lactente (bebê amamentando). Entende-se que esta escolha não é meramente estética, tendo operado diretamente na criação das residentes que usufruíram da segurança em ter uma equipe disponível e atenta nos processos individuais que mobilizaram processos emocionais decorrentes da transformação que a maternidade promove. Havia, também, duas assessoras artísticas, chamadas de doulas, que estavam a serviço das residentes e seus processos criativos. Gabi Holanda é artista do corpo e da dança e Thais Lima é artista *videomaker*.

Durante os encontros da etapa Concepção, a doula artista Gabi Holanda, junto com a orientadora Iara Sales, promoveram dinâmicas em que o trabalho corporal se tornou orientação da investigação artística, tendo também a escrita como um dos suportes de registro do que poderia emergir durante os encontros. Nos emails-guias, vinham sugestões de como preparar o espaço para os encontros virtuais, uso de roupas confortáveis para as práticas corporais, material de papelaria para os exercícios de escrita automática, sugestão de um diário visual do processo da residência para a coleta de imagens, depoimentos, desenhos, traços, escritas, sonhos, objetos, fotos, vídeos, momentos, inspirações, desabafos, tudo o que emergisse e desse sentido ao movimento que estava sendo gerado durante aquele período, tem o diário como um guia e até mesmo a possibilidade de ser o resultado enquanto obra.

Durante o período da Gestação e Doulagem, foram organizados pequenos grupos de encontros virtuais entre as residentes, as doulas e a orientadora Iara Sales, a fim de que houvesse suporte criativo individualizado. No decorrer dos encontros da concepção, as partilhas que foram emergindo e a limitação que o espaço virtual trazia direcionaram as residentes a experimentar produções que fizessem o uso da escrita, do áudio, da fotografia e do vídeo.

Ao final, na etapa Parto, cada residente deu vida a uma obra, dando forma ao seu processo, que foi organizado na exposição virtual *Mãe-artista ou Artista-mãe?*, que reúne fotoperformances, videoperformances e textos poéticos.

7. É preciso parar de matar as mães

O conceito de maternagem (Macêdo, 2017) resgata a libido materna (Rodrigáñez, 2020), o desejo e a potência criativa das mulheres-mães, seres produtivos, críticos e centrais, e não meramente reprodutivos à margem da sociedade.

Residências artísticas dirigidas a mães têm se mostrado como espaços-tempos necessários para que esse resgate possa ocorrer, na medida em que as mães encontram, finalmente, apoio para que possam se conhecer e se reconhecer, encontrarem-se e encontrarem suas próprias criações, e não somente suas crianças, conectarem-se com sua potência criativa e com outras mulheres, outros corpos semelhantes.

A Residência "Mãe Artista ou Artista Mãe?", que culminou com a criação da Coletiva Mãe Artista, trouxe como método criativo a própria experiência da geração de vida – conceber, gestar, ser doula e parir. Esse método trouxe à luz mulheres artistas brilhantes, que estavam confinadas e sós nas sombras do puerpério, sobrecarregadas, abandonadas, mortas em sua pulsão desejante, invisíveis perante todos.

Residências artísticas para mães, assim, mostram-se como uma possibilidade para mães-artistas e não artistas, uma vez que trazem em si elementos importantes que contribuem para a socialização do trabalho de cuidado de bebês, crianças e adolescentes, que é de responsabilidade de toda a sociedade, e para o resgate do trabalho de criação.

Sabemos que os ambientes das artes, apesar de serem espaços destinados às sensibilidades, estão, em sua maioria, dirigidos sob a lógica capitalista. Portanto, é necessário considerar os pressupostos de acolhimento, compartilhamento dos meios de produção, interdisciplinariedade, interseccionalidade, anticapitalismo, decolonialismo e corporalidade, como afirma Rodrigáñez:

> O mal-estar de nossa cultura se deve a tudo o que desencadeia a robotização da função materna, ao desajuste da sexualidade, às relações patológicas e ao deserto afetivo que esse desajuste produz. O mal da chupeta, por exemplo, não é que o bico seja de plástico, o pior é o corpo que falta atrás da chupeta. O pior é a orfandade, a falta de calor. Este mundo é inóspito, porque mataram a mãe e todos somos órfãos, e por isso não nos podemos reconhecer como irmãos. A verdadeira fraternidade é a que sai dos corpos físicos. (Rodrigáñez, 2020, p. 119).

Portanto, para criar uma organização social que permita inclusões, é preciso antes nos acolhermos. É preciso um compromisso social de acolher a primeira infância como uma etapa de grande dependência física, emocional e cognitiva. É preciso resgatarmos individualmente,

na memória corporal, as dores das crianças que fomos e buscar fazer dessas dores força motriz de transformação, podendo assim trabalhar, através de políticas públicas sociais e culturais, a inclusão da infância enquanto uma etapa importante da vida coletiva. Mas, antes de tudo, é preciso parar de matar as mães. É preciso trazer as mães à vida novamente.

8. Referências

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Polític*a, Brasília, n. 18, pp. 81-117, 2015.

DHILLON, K.; FRANCKE, A. The C-Word: Motherhood, Activism, Art, and Childcare. *Studies in the Maternal*, v. 8, n. 2, pp. 1–22, 2016. DOI: https://doi.org/10.16995/sim.226. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%-C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_matripot%C3%AAncia.pdf.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019

FRAGOSO, S.; REBS, R.R.; BARTH, D. L. *Territorialidades virtuais*: identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. *MATRIZes*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 149-210, 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38317. Acesso em: 28 de jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico*: ensaio sobre a significação do corpo na cultura ocidental. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

FU-KIAU, Bunseki. *Kindezi*: a Arte Kongo de Cuidar de Criança. Tradução de Mo Maiê. [*s. l.*]: Rede Africanidades, 2017.

IACONELLI, Vera. *Manifesto antimaternalista*. Psicanálise e políticas de reprodução. São Paulo: Zahar, 2023.

LEITE, J. F. *Autoescrituras performativas*: do diário à cena. As teorias do autobiográfico como suporte para a reflexão sobre a cena contemporânea, 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria e Prática do Teatro) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-27022.015.160605/publico/JANAINAFONTESLEITE.pdf. Acesso em: 4 abr. 2020.

MACÊDO, Silvana Barbosa. A expressão do poder materno na arte contemporânea. *In:* Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. *Anais eletrônicos do 13º Congresso Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11*. Florianópolis, p. 1-13, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/149.884.1431_ARQUIVO_SILVANA_MACEDO.pdf. Acesso em: 5 fev. 2023.

MOIA, Martha. *El no de la niñas*. Barcelona: la Sal edicions de les dones, 1981.

MATURANA, Humberto. Conversações matrísticas e patriarcais. *In*: MATURANA, Humberto e VERDEN-ZOLLER, Gerda. *Amar e Brincar: Fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena Editora, p. 25-86, 2004.

O'REILLY, Andrea. Encyclopedia of motherhood. California, Sage publications: 2010.

OYĚWÙMÍ, Oyèrón. *Matripotency*: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, capítulo 3, p. 57-92, 2016.

RIBEIRO, Diana *et al*. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Revista SulSul de ciências humanas e sociais*, v. 1, n. 3, p. 57-76, 2021. DOI: 10.53282/sulsul.v1i03.780.

RODRIGÁÑEZ, Casilda. *Pariremos com prazer*. Tradução Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2020.

SALES, I. Mãe-artista ou Artista-mãe?, 2021. Site de projeto de residência artística e exposição permanente. Disponível em: https://maeartistadanca.46graus.com/. Acesso em: 8 ago. 2023.

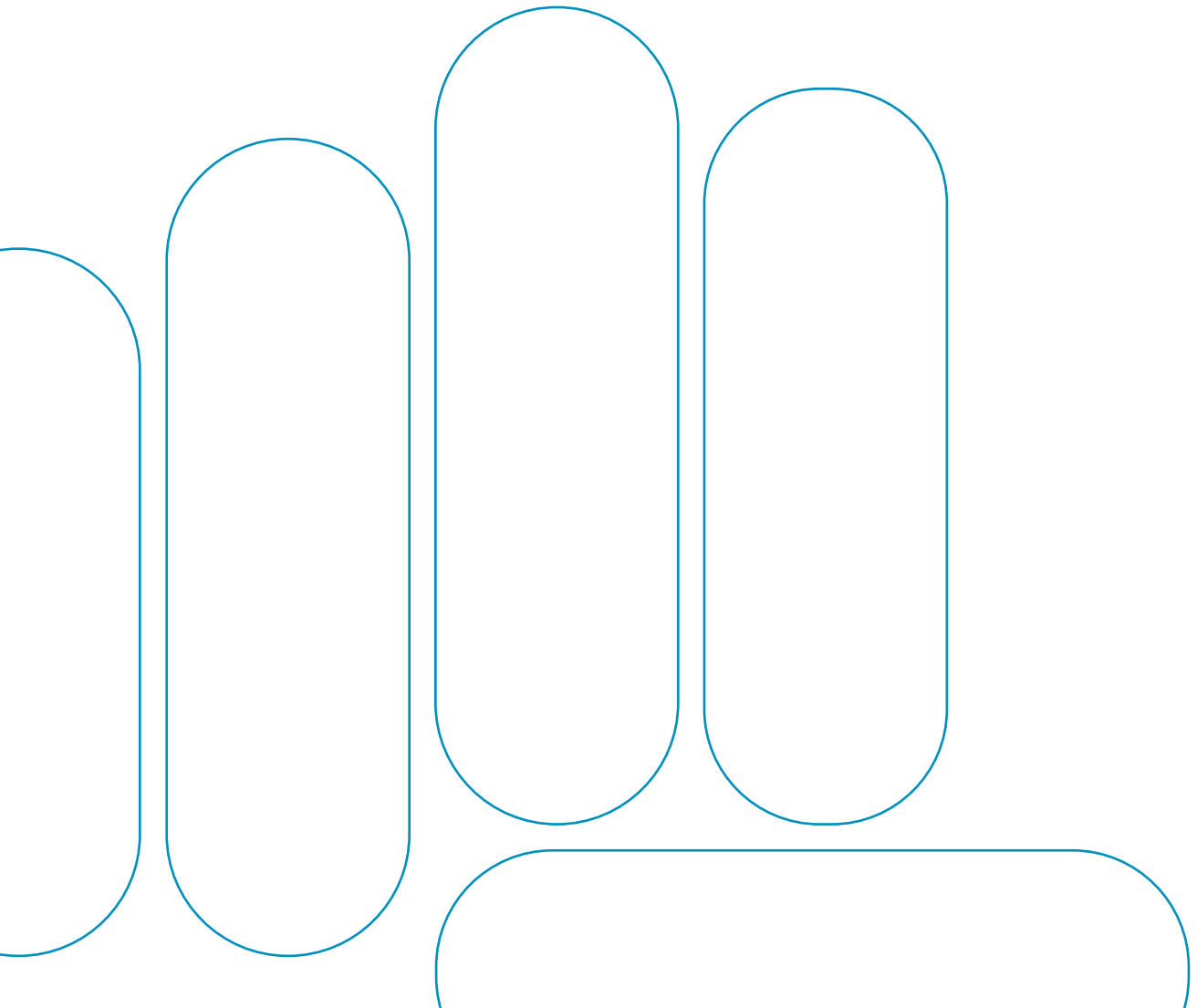
SARLO, Beatriz. *La intimidad pública*. Barcelona: Seix Barral, 2018.

SILVA, Jaqueline Barbosa Pinto. ARTIVISMO MATERNO: contribuições para a arte e para a democracia.. 2024. 200 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

VALENTE, Alana Karoline Fontenelle. *Maternidade e representação política*: discursos e performances no parlamento e no Instagram. 2022. Projeto de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

ZANELLO, Valeska *et al*. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. Seção Temática Fazendo Gênero em tempos de pandemia. *Rev. Estud. Fem.*, [*s. l.*], v. 30, n. 2, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos*: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.



A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

O livro “Maternidade, Parentalidade, Família e Temas Transversais”, organizado por Hayeska Costa Barroso, Tatiane dos Santos Duarte, Jaqueline Barbosa Pinto Silva e Diana Loureiro Valls, vem a público num contexto em que a maternidade e a parentalidade estão numa ascendente como pauta política e acadêmica no âmbito do ensino superior no Brasil.

Não que se trate de um assunto recente, mas é inegável como o cenário pandêmico jogou luz na direção de uma realidade antes francamente negligenciada ou relegada para segundo plano em se tratando do campo científico no país. São inúmeros os coletivos, grupos e núcleos maternos e parentais auto-organizados por estudantes, docentes e servidoras técnico-administrativas espalhados nas mais diversas universidades, reivindicando o que nunca deveria ter sido negado: lugar de mãe é na universidade! Estão reunidos nessa coletânea textos com reflexões teórico-críticas, relatos de experiência e resultados de estudos enovelados por um elemento em comum: todos possuem em sua autoria as marcas da comunidade acadêmica da Universidade de Brasília, reafirmando, assim, a sua importância e relevância como campo fértil da/na produção de um conhecimento social e politicamente referenciado na cena contemporânea.

EDITORA UnB

EXTENSÃO INSURGENTE